

## A.2. DESENVOLVIMENTO

Falar de desenvolvimento é falar da proposta de alterações em diferentes registos da vida das comunidades e sociedades. Este conceito tem associado a si várias outras noções como a transformação, a (melhoria da) qualidade de vida das pessoas e a mudança da situação actual que é desfavorável para outra mais favorável (que promova mudanças positivas na vida das pessoas, implicando novas reconfigurações sociais, novas identidades e gestão destas reconfigurações).

Falar de desenvolvimento é, também, falar de um conceito complexo, pouco consensual que tem, ao longo dos tempos, assumido ideias diferentes. Este conceito surge num quadro de reconstrução europeia (após a II Guerra Mundial — GM) e com referência ao início das sociedades industriais (marcos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial). A ciência económica — desde que Adam Smith, em 1776, escreveu *“A Riqueza das Nações”*, onde tenta perceber as causas da riqueza (geradora de progresso e desenvolvimento) — apropriou e dominou, durante muito tempo, a conceptualização deste conceito. Só após a II GM é que o conceito de desenvolvimento ganhou estatuto científico fundamentado e continuado, embora as problemáticas da “mudança”, “progresso”, “bem-estar”, “riqueza” ou “desenvolvimento” já tivessem surgido muito antes, em vários campos disciplinares.

Desenvolvimento significou, durante muito tempo, crescimento económico traduzindo-se no processo de industrialização (etapa “obrigatória” na caminhada dos países para o desenvolvimento) através da modernização<sup>[1]</sup> das estruturas e, conseqüentemente, das mentalidades.

*A “ideia de progresso, desenvolvimento e demais ideias sociais actualmente universalizadas formaram-se no hemisfério norte. Nos países da América Latina, Ásia e África, essas ideias já chegaram elaboradas. Não surgiram internamente nem foram legitimadas a partir de um processo social de observação dos seus resultados nem pela consciência da população local”. BUARQUE (1993:48-49)*

A verdade é que o conceito de desenvolvimento tomou sempre como referência a experiência histórica dos países europeus, considerados como “as evoluções a caminho de uma sociedade da abundância”, durante os cerca de 200 anos, entre os finais do séc. XVIII e a II GM, sendo este o caminho que deveria servir de exemplo aos novos países. É neste sentido que alguns autores, como Roque Amaro<sup>[2]</sup>, referem que o conceito de desenvolvimento sofre de um “enviesamento eurocêntrico”.



As sociedades industriais e os seus modelos de desenvolvimento mostraram-se incapazes de promover e realizar a vida e o desenvolvimento integral, traindo um dos seus lemas históricos que defendia a conjugação de 3 princípios: liberdade (indivíduo), igualdade (colectivo) e fraternidade (ambiente).

É nos finais da década de 1960, início da década de 1970 que se dá uma viragem fundamental nas abordagens e práticas do desenvolvimento, levando à procura de novas conceptualizações e estratégias.

Todos os danos físicos causados por todas as guerras da história da humanidade são ínfimos, quando comparados com a devastação global ocorrida desde 1950, sob a bandeira do “progresso” e “desenvolvimento”.<sup>[3]</sup>

Roque Amaro<sup>[4]</sup> descreve muito claramente os cinco factores que provocaram toda esta viragem de cenário e a necessidade de pensar novos modelos e conceitos:

1. Os modelos de desenvolvimento propostos e impostos aos países do Sul (chamados subdesenvolvidos) permitiram que estes se encontrassem mais subdesenvolvidos. Vários aspectos contribuíram para este factor:

- O insucesso da primeira década do desenvolvimento (1960) com o não cumprimento, por parte dos países do Norte (com poucas excepções), do compromisso assumido de ajuda com 1% do seu PIB<sup>[5]</sup> aos do Sul (os subdesenvolvidos);
- O posterior insucesso da segunda década de desenvolvimento (1970), com novo incumprimento das promessas de ajuda;
- A tentativa iniciada em 1974 (sem grandes resultados) de estabelecer uma nova ordem económica

internacional, mais favorável aos países do Sul (chamados de Terceiro Mundo);

- As consequências dos dois choques petrolíferos que conduziram estes países à “armadilha da dívida externa” e aos programas de Ajustamento Estrutural do FMI<sup>[6]</sup> e Banco Mundial, nomeadamente a partir de 1980.

2. Os sintomas claros de mal-estar social dos países do Norte em diversos níveis. Várias manifestações e revoltas, como as revoltas estudantis (Maio de 68 e Primavera de Praga, também em 1968), a agitação social e étnica ligada à emergência do “poder negro”; a contestação dos *Hippies*, na segunda metade da década de 1960, os protestos generalizados contra a Guerra do Vietname, no início da década de 1970 (nos EUA<sup>[7]</sup>); começam a ser indicadores deste “*mal-estar social*”. Além disso, sintomas mais permanentes são evidenciados nos países do Norte (chamados de desenvolvidos): a solidão dos mais velhos, as depressões, os suicídios, o stress. Todo este “*mal-estar social ilustra os custos sociais dos modelos de desenvolvimento adoptados, e justificam parte do conteúdo da designação de ‘mal desenvolvimento’ atribuída*”.<sup>[8]</sup>

3. O aparecimento de uma consciência ambiental relativamente aos problemas do desenvolvimento, disseminada a partir da Conferência das Nações Unidas em 1972. Toma-se consciência dos custos ambientais dos modelos de desenvolvimento vigentes pela constatação que o ritmo de crescimento económico e demográfico, a sobreutilização dos recursos naturais, o excesso de produção de resíduos e de poluentes era insustentável. Impunha-se assim um controlo e gestão que viabilizasse a sustentabilidade do desenvolvimento.

4. A persistente crise económica com várias intermitências e irregularidades que se instalou desde 1970 e pôs em causa a até agora proclamada crença de que o crescimento económico seria a base para desenvolver os países.

5. As crises e mal-estar sociais, económicos, ambientais e políticos surgidos também nos países socialistas, ao longo destas três décadas. O caso da Primavera de Praga (1968), o desastre nuclear de Chernobyl (1986) e a Queda do Muro de Berlim (1989) e o conseqüente desmantelamento da URSS<sup>[9]</sup> (finais de 1980), entre outros, provocavam também nos países do Leste Europeu um grande mal-estar inibidor do desenvolvimento.

A “*estratégia internacional de desenvolvimento, proclamada a 24 de Outubro de 1970 pedia uma estratégia global, baseada numa acção conjunta e concentrada em todas as esferas da vida económica e social*”<sup>[10]</sup>. Os esforços na sua aplicação resultaram numa resolução das Nações Unidas, com um projecto para a identificação de uma abordagem

unificada do desenvolvimento e planeamento, destinada a integrar, totalmente, os componentes económicos e sociais na formulação de políticas e programas. Este projecto foi rapidamente extinto, pela dificuldade em produzir soluções fáceis e universais, mas permitiu o repensar e o surgir de um conjunto de ideias e debates em torno do tema do desenvolvimento.

Estas diferentes abordagens dão origem a novos conceitos de referência:

- a. desenvolvimento **sustentável**;
- b. desenvolvimento **local**;
- c. desenvolvimento **participativo**;
- d. desenvolvimento **humano**;
- e. desenvolvimento **social**;
- f. desenvolvimento **integrado**.

A evolução do conceito de desenvolvimento (do crescimento económico ao desenvolvimento sustentável, passando pelo desenvolvimento local e pelo desenvolvimento social) traduz, assim, as diferentes perspectivas que este foi integrando ao longo das últimas décadas, de acordo com os factores que eram mais privilegiados na sua concepção — o ambiente, a comunidade ou os direitos humanos — e com o reconhecimento que as principais instituições internacionais (OCDE<sup>[11]</sup>, Banco Mundial, União Europeia) foram concedendo ao conceito através de estudos e publicações que o foi legitimando, mas também da sua presença em muitos dos projectos que foram desenvolvidos tanto na Europa, como nos países menos desenvolvidos.

[1] Entendida como o processo de substituição das estruturas arcaicas e tradicionais — características do subdesenvolvimento — pelas lógicas modernas e progressistas do desenvolvimento.

[2] [4] [8] Aula de Seminário de Desenvolvimento, 4ª Edição do Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, ISCTE, 2005.

[3] MAX-NEEF (1992:18-27)

[5] PIB – Produto Interno Bruto

[6] FMI – Fundo Monetário Internacional

[7] EUA – Estados Unidos da América

[9] URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ou simplesmente União Soviética

[10] ESTEVA (2000)

[11] OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

## Bibliografia

- AMARO, R. (1993) “As Novas Oportunidades de Desenvolvimento Local”, in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º 8 (pp. 16-22). Faro: IN LOCO.
- BUARQUE, C. (1993) O Conceito Subdesenvolvimento do Desenvolvimento, in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º 9/10 (pp. 48-49). Faro: IN LOCO.
- CANÁRIO, R. (1998) Desenvolvimento Local e Educação não Formal. *Educação e Ensino*, n.º 11 (pp. 31-34). Setúbal: AMDS.

- ESTEVA, G. (2000) "Desenvolvimento", in SACHS, W. (ed.), *Dicionário do Desenvolvimento* (2000) — *Guia para o Conhecimento como Poder*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FREIRE, P. (1975) *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Edições Afrontamento.
- FREIRE, P. (1977) *Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos*. Lisboa: Moraes Editores.
- FRIEDMANN, J. (1996) *Empowerment — Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- LANDES, D.S. (2002) *A Riqueza e a Pobreza das Nações. Porque são algumas tão Ricas e outras tão Pobres*. Lisboa: Gradiva.
- MAX-NEEF, M. (1992) Chamar Desenvolvimento a um Suicídio Colectivo, in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º7 (pp. 18-27). Faro: IN LOCO.
- MILANDO, J. (2005) *Cooperação sem Desenvolvimento*. ICS, *Colecção Estudos e Investigação*, n.º 39. Lisboa: ICS.



## Sugestões de Actividades

### Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclos)

1. O Jogo das Cadeiras (ver Anexo).

### Ensino Secundário

1. O Jogo das Cadeiras (ver Anexo);
2. Estudo de casos (ver Anexo).

